

**Risco de uberização do trabalho de enfermagem em tempos de pandemia da Covid-19:  
relato de experiência**

**Uberisation risk of nursing work in times of Covid-19 pandemic: experience report**

**Riesgo de uberización del trabajo de enfermería en tiempos de la pandemia Covid-19:  
informe de experiencia**

Recebido: 05/10/2020 | Revisado: 12/10/2020 | Aceito: 15/10/2020 | Publicado: 18/10/2020

**Norma Valéria Dantas de Oliveira Souza**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2936-3468>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: [norval\\_souza@yahoo.com.br](mailto:norval_souza@yahoo.com.br)

**Midian Oliveira Dias**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5378-736X>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: [dias.midian@gmail.com](mailto:dias.midian@gmail.com)

**Eloá Carneiro Carvalho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1099-370X>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: [eloagrossi@uol.com.br](mailto:eloagrossi@uol.com.br)

**Thereza Christina Mó y Mó Loureiro Varela**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9389-1161>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: [thereza1208@gmail.com](mailto:thereza1208@gmail.com)

**Luana dos Santos Cunha de Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0080-5936>

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

E-mail: [luanauffenf@hotmail.com](mailto:luanauffenf@hotmail.com)

**Samira Silva Santos Soares**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9133-7044>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: [samira\\_opg@hotmail.com](mailto:samira_opg@hotmail.com)

## Resumo

Objetivo: Descrever a experiência de contratação e atuação laboral da enfermagem, no contexto da assistência para pacientes com Covid-19, e discutir formas de empoderamento da enfermagem para enfrentamento e transformação de um cenário de trabalho que precariza o trabalhador. Método: Trata-se de um relato de experiência, ocorrido em maio e junho de 2020, no Rio de Janeiro, Brasil, que versa sobre condições e vínculos laborais em ambiente de atendimento a pessoas com Covid-19. Resultados: Verificou-se a extrema precarização do trabalho de enfermagem, o que aponta para um processo de uberização da profissão. Observou-se a disponibilidade diuturna do profissional para o trabalho (trabalhador *just-in-time*); a responsabilidade de adquirir os próprios equipamentos de proteção individual e a remuneração por hora trabalhada. Considerações finais: Preocupa a combinação deste contexto precarizado com o cenário da pandemia, uma vez que potencializa o adoecimento do trabalhador de enfermagem, carecendo de medidas de enfrentamento e empoderamento da enfermagem para transformação dessa situação.

**Palavras-chave:** Enfermagem; Empoderamento; Trabalho; Saúde do trabalhador; Infecções por Coronavírus.

## Abstract

Objective: Describe the experience of hiring and working in nursing, in the context of care for patients with Covid-19, and to discuss ways of empowering nursing to cope and transform a work scenario that makes workers precarious. Method: This is an experience report, which took place in May and June 2020, in Rio de Janeiro, Brazil, which deals with working conditions and bonds in the service environment for people with Covid-19. Results: There was an extreme precariousness of nursing work, which points to a process of uberization of the profession. The professional's day-to-day availability for work (just-in-time worker) was observed; the responsibility to purchase their own personal protective equipment and the pay per hour worked. Final considerations: It concerns the combination of this precarious context with the pandemic scenario, since it enhances the illness of the nursing worker, lacking measures for coping and empowering nursing to transform this situation.

**Keywords:** Nursing; Empowerment; Work; Occupational health; Coronavirus infections.

## Resumen

Objetivo: Describir la experiencia de contratar y trabajar en enfermería, en el contexto de la atención a pacientes con Covid-19, y discutir formas de empoderar a la enfermería para

enfrentar y transformar un escenario laboral que inseguro al trabajador. Método: Se trata de un informe de experiencia, que se llevó a cabo en mayo y junio de 2020, en Río de Janeiro, Brasil, que trata sobre las condiciones laborales y los vínculos en el entorno de servicio para las personas con Covid-19. Resultados: Existía una extrema precariedad del trabajo de enfermería, lo que apunta a un proceso de uberización de la profesión. Se observó la disponibilidad diaria del profesional para el trabajo (trabajador just-in-time); la responsabilidad de comprar su propio equipo de protección personal y el pago por hora trabajada. Consideraciones finales: Se trata de la combinación de este contexto precario con el escenario pandémico, ya que agrava la enfermedad del trabajador de enfermería, careciendo de medidas de afrontamiento y empoderamiento de la enfermería para transformar esta situación.

**Palabras clave:** Enfermería; Empoderamiento; Trabajo; Salud laboral; Infecciones por Coronavirus.

## 1. Introdução

O objeto deste artigo trata do risco de uberização no trabalho de enfermagem, em tempos de pandemia da Covid-19. A ideia de desenvolver um texto científico que abordasse tal questão emergiu da vivência de uma das autoras que, ao ser contratada por um hospital, para atuar como enfermeira, em unidade assistencial destinada ao cuidado de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus (SARV-CoV-2), verificou que não constavam no contrato de trabalho os direitos trabalhistas, somente deveres. E, sobretudo, precisava adquirir os próprios Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para exercer as atividades laborais.

Essa situação causou estranhamentos e surpresa, além disso, impactou negativamente na subjetividade do grupo envolvido, causando sofrimento psíquico para alguns enfermeiros nesse contexto.

A subjetividade se refere aos sentimentos do ser humano em relação a alguma coisa ou alguém. É dinâmica, pois é construída e moldada ao longo da vida, a partir das vivências e experiências em vários contextos, isso é, na relação com família, escola, igreja, trabalho, entre outros. Ademais, delineia a identidade de uma pessoa, gostos, anseios, idealizações, caracterizando o indivíduo em sua especificidade que, por sua vez, engendra experiências de prazer e sofrimento, satisfação e insatisfação, aderência ou repulsa, entre outras emoções e sentimentos que compõem a existência humana (Faza Franco & Farah, 2019).

O sofrimento psíquico vivido por tal grupo emergiu da aflitiva constatação de que o trabalho de enfermagem vem padecendo, por conta das duras adversidades impostas pelo ideário neoliberal no contexto laboral e, conseqüentemente, resultando em elevada precarização do trabalho (Dias, Souza, Penna, & Gallasch, 2019).

O neoliberalismo se caracteriza por um conjunto de ideias econômicas e políticas que, principalmente, defende a absoluta liberdade de mercado e restringe a intervenção do Estado na economia. Neste sentido, verificam-se a insidiosa redução de políticas públicas para o bem-estar social, a supressão de direitos trabalhistas, a privatização de empresas estatais, a limitação de concursos públicos, a redução dos salários, a eliminação de postos de trabalho e, como resultado, o crescimento de um exército de reserva ávido para se inserir no mercado de trabalho a qualquer preço e sob qualquer condição (D'Oliveira, Souza, Varella, & Almeida, 2020).

Tal conjuntura gera a precarização das condições e dos vínculos laborais, que pode ser compreendida como situação em que se expõe o trabalhador à vulnerabilidade psicofísica. Assim, há escassez de material e pessoal para desenvolvimento das atividades laborais; polivalência e multifuncionalidade do trabalhador; jornadas de trabalho prolongadas; intensificação do ritmo laboral; metas de produção cada vez mais difíceis de serem alcançadas e bônus financeiros para quem as alcançar (D'Oliveira et al., 2020; Pérez Júnior, & David, 2018).

Por sua vez, vínculos precarizados de trabalhos são aqueles em que os contratos laborais são por tempo determinado, sem carteira assinada, por meio de organizações sociais, terceirizações e quarteirizações, regime de pejetização (Pessoa Jurídica), cooperativas, entre outros. Por via desses vínculos, os trabalhadores assumem riscos e ônus inerentes ao trabalho (Santos et al., 2020).

Essas situações vêm se inserindo no contexto nacional desde o final dos anos 1990, quando o Presidente Fernando Collor abriu as fronteiras econômicas do Brasil para internacionalização, seguido pelo governo Itamar Franco que adotou mais medidas neoliberais, as quais foram consolidadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, destacando-se as demissões voluntárias, as privatizações de estatais, a adoção do Estado Mínimo e do enxugamento da máquina pública (Nascimento & Ferreira, 2018).

Nessa contextualização histórica, verificou-se que nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff a aplicabilidade do ideário neoliberal no mundo do trabalho foi mitigada e seus efeitos adversos nos trabalhadores tornaram menos agressivos. No entanto, no ano de 2016, com o impeachment polêmico da presidenta Dilma, o

vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência da república e adotou preceitos neoliberais ainda mais duros (Pimenta et al., 2002).

Como resultado evidenciou-se um processo intenso de precarização do trabalho a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 19, que alterou os dispositivos da Constituição Federal referentes à Administração Pública e às relações de trabalho do servidor público. Complementada pela Reforma do Aparelho do Estado e posterior Reforma Trabalhista no ano de 2017, permitindo a contratação de pessoal por meio de múltiplas formas de vínculos não estáveis, como os vínculos temporários e terceirizados (Pimenta et al., 2002).

Com o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro as reformas e alterações na legislação continuam e são nitidamente pautadas no capitalismo ultraneoliberal. Podemos exemplificar os retrocessos relacionados aos direitos trabalhistas citando a extinção do Ministério do Trabalho, justificando tal medida como estratégia para redução de gastos públicos (Rocha, 2019).

Nesse sentido, observa-se a incorporação de outras estratégias que ampliam o processo de precarização do trabalhador, de vínculos e condições laborais. Este conjunto de estratégias vem sendo denominado de uberização do trabalho. Trata-se de uma tendência global de transformação do trabalhador em uma força de trabalho autônoma, com características ambíguas de disponibilidade permanente ao labor e ausência de direito ou proteção associada ao trabalho, bem como não há garantias sobre sua remuneração e limites sobre seu tempo de trabalho (Abílio, 2020).

No trabalho uberizado, em geral, aponta-se como vantagens a autonomia de flexibilidade de horário, já que o trabalhador detém os próprios meios de trabalho e capaz de autogerir suas necessidades e demandas. Na enfermagem tais vantagens são menos visíveis, uma vez que fica reduzido a um auto gerente subordinado a um empregador que tem o papel de mediador entre a necessidade do serviço prestado e o alcance de metas impostas por um contratante. Assinala-se ainda como desvantagem o aspecto da remuneração e/ ou bonificação que passa por um banco de horas, isso é, quanto mais extensas as horas trabalhadas, mais se é remunerado, que na enfermagem pode acarretar a exaustão e erros pela duplicação de turnos para alcance de uma remuneração mais vantajosa. Clarifica-se que para trabalhadores uberizados não há demissões, visto que, não há contratação. A adesão ao trabalho implica em preencher um cadastro, aceitar os “termos de adesão” de um contrato que não é contrato de trabalho e cumprir exigências mínimas (Abílio, 2020).

Por meio da experiência descrita a seguir, entende-se que a enfermagem está em vias de se inserir neste contexto de uberização de seu trabalho de forma marcante. Inclusive, têm-

se aplicativos de celular em que enfermeiros autônomos se fidelizam para prestar cuidados em domicílio, a partir de eventuais necessidades de saúde da população. Esta atuação se faz com os próprios instrumentos de trabalho dos enfermeiros, caso haja algum acidente de trabalho, é por conta e risco do profissional, e se o cliente não quiser pagar o preço determinado pelo serviço prestado, o prejuízo é do trabalhador (Abílio, 2019).

Diante desse panorama subsumido ao trabalhador de enfermagem, que vilipendia os direitos laborais e o coloca sob condições indignas de trabalho, considerou-se relevante desenvolver este estudo, que objetivou descrever a experiência de contratação e atuação laboral da enfermagem, no contexto da assistência para pacientes com Covid-19, e discutir formas de empoderamento da enfermagem para enfrentamento e transformação de um cenário de trabalho que precariza sistematicamente o trabalhador.

## **2. Metodologia**

Trata-se de relato de experiência vivido por uma das autoras deste estudo, durante contratação e atividade laboral em instituição de saúde destinada ao cuidado de pessoas com Covid-19. Os relatos de experiência visam contribuir para a análise, discussão e proposição de ideias sobre determinado tema, outrossim auxilia na tomada de decisões, uma vez que ao descrever a experiência busca o apoio teórico que contextualize a situação e forneça uma amplitude e profundidade acerca do objeto da experiência (Chaves et al., 2020).

Este estudo foi desenvolvido no mês de maio e junho de 2020, em um hospital público recém adaptado no Rio de Janeiro para atendimento de indivíduos com Covid-19, especificamente ocorrido em enfermaria de pacientes em estado grave da doença.

Salienta-se que alguns hospitais foram criados ou adaptados para atenderem a pessoas com Covid-19, pois desde que se anunciou a ocorrência da pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, os casos vêm crescendo de forma assustadora, evidenciando a alta transmissibilidade do novo coronavírus. Além disso, uma em cada seis pessoas infectadas podem evoluir para angústia respiratória (Organização Pan-Americana de Saúde [OPAS], 2020), necessitando de cuidados intensivos e uso de tecnologias densas, como ventiladores e monitores cardiorrespiratórios, na tentativa de impedir óbitos.

O resultado deste estudo está descrito sob o título de “Experiência vivida na contratação e atuação com pacientes da Covid-19”, cuja narrativa da vivência foi

correlacionada com algumas inferências literárias a fim de tornar claro aspectos teóricos correlacionados com a descrição dos fatos.

Já a discussão foi organizada por meio de duas seções teóricas: i) Trabalho de enfermagem no contexto da pandemia: risco de uberização laboral e; ii) Estratégias de empoderamento da enfermagem para enfretamento da precarização do trabalho.

### **3. Resultados**

#### **3.1 Experiência vivida na contratação e atuação com pacientes da Covid-19**

A experiência descrita nesta seção evidencia o intenso processo de precarização que o trabalhador de enfermagem vem sofrendo, apontando para o sério risco de uberização. Destaca-se, sobretudo, que este cenário não é exclusivo da enfermagem, estende-se, também, para outras categorias profissionais como fisioterapeutas, nutricionistas, médicos, entre outros. Nesse âmbito, a justificativa para contratação nos moldes de nenhum direito laboral teve como argumento a substituição temporária e ágil de profissionais que estavam de licença, afastados do trabalho e desligados, por vários motivos.

Além disso, com o advento da abertura de novas unidades assistenciais para atendimento de pessoas com a Covid-19, as entidades contratantes e o setor público vêm se utilizando de contratação temporária flexível como estratégia para reposição e preenchimento de vagas no setor saúde (Aires, 2020).

Essa estratégia de contratação fundamenta-se na Reforma Trabalhista, promulgada por meio de legislação própria, em 2017, que alterou as regras para contratação de trabalhadores no Brasil. Assim, firmaram e legalizaram-se as terceirizações e as quarteirizações independentes da natureza e atividades fins (Galvão, Castro, Krein, & Teixeira, 2019).

Nesse contexto, observam-se a expansão de empresas privadas de direito público, empresas públicas, organizações sociais de saúde, cooperativas, associações de pessoas e grupos, entre outras, designadas para administração de serviços de saúde, as quais têm como atribuições o fornecimento de recursos humanos e/ou materiais e equipamentos para unidades do sistema de saúde (Barbosa et al., 2015).

A experiência descrita reflete as consequências desse processo, pois uma das autoras deste estudo foi incorporada ao quadro de funcionários temporários de uma Organização Social (OS), sob o regime de Pessoa Jurídica (PJ), intermediada por outra empresa

especializada em recursos humanos, prestando serviços para o município do Rio de Janeiro, Brasil, nas áreas programáticas 3.3 e 5.1.

Esclarece-se que a Organização Social da Saúde, por meios legais, quarteiriza a atividade para a qual foi designada, uma vez que admite profissionais através de outra empresa (Barbosa et al., 2015).

Tal empresa especializada em recursos humanos, incorpora os enfermeiros como sócios participantes sob sociedade, em conta de participação. A empresa é a sócia ostensiva que geri as finanças e as repassa aos enfermeiros, de acordo com os serviços prestados, bem como recolhe os devidos impostos. A personalidade jurídica isenta os demais sócios da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), visto que tal empresa representa, juridicamente, sócios prestadores de serviços.

Elucida-se que a Organização Social da Saúde assume com a prefeitura compromisso para prestação de serviço por vias licitatórias ou simplificações emergenciais, neste caso, seria o provimento de profissionais de saúde de nível superior, entretanto, esta empresa atribui a outra instituição a responsabilidade que lhe cabe. Assim, os vencimentos são pagos pelo setor público à Organização Social, que repassa para uma terceira entidade para que realize o pagamento aos profissionais.

Dessa forma, por meio de tal contratação, observou-se que enfermeiros que aderem a essa forma de admissão no trabalho, assumem a posição de prestadores de serviços autônomos, unicamente responsáveis pela atividade laboral, arcando, assim, com os encargos e ônus inerentes do próprio trabalho. Neste sentido, salienta-se que não há nenhum tipo de seguridade trabalhista e social, a carteira de trabalho não é assinada, e o acordo laboral é firmado por meio de assinatura contratual.

O processo seletivo ocorre de maneira rápida, no qual não há aferição da competência do profissional para o exercício da função. Também, verifica-se elevado número de indicações de profissionais por terceiros, cuja nomeação está apenas vinculada à regularidade da inscrição no conselho profissional.

Esses fatos causaram perplexidade, pois considerando a complexidade que envolve o cuidado a pessoas com Covid-19, o ineditismo da assistência em tal situação, o elevado risco de transmissibilidade do vírus e o conhecimento, ainda, restrito sobre a doença e acerca do SARV-CoV-2, contratar profissionais sem avaliar competência e habilidades destes é, no mínimo, um contrassenso. Nesta perspectiva, tem-se elevado risco para saúde do profissional e de pacientes assistidos.

Outra questão em relação a este tipo de contratação, deve-se ao fato de enfermeiros serem remunerados sob a lógica da produção, quanto maior o número de horas trabalhadas, maior a remuneração. Assim, observam-se diversas dobras de plantão e realização de carga horária laboral extensa por enfermeiros, objetivando aumentarem os vencimentos. Em contrapartida, não há restrições pela organização do trabalho sobre o quantitativo de horas trabalhadas, o que também causa estranhamento, pois a concentração e atenção caem, à medida que o profissional permanece muitas horas no posto de trabalho. Além disso, o ambiente hospitalar é insalubre, assim, a permanência por elevado tempo nesse local se traduz em risco à saúde do profissional (Carvalho et al., 2019).

Relata-se igualmente o fato de que não são admitidas licenças por nenhum motivo. Assim, quando o enfermeiro se contamina pelo SARV-CoV-2, sofre acidente de trabalho ou de percurso, e precisa se ausentar das atividades laborais para tratamento, não há qualquer tipo de remuneração e cobertura social desse trabalhador. Ademais, a ausência implica possibilidade de desligamento, logo, o enfermeiro pode ser dispensado a qualquer momento, de maneira rápida e fácil pela contratante, já que não há vínculo e, em decorrência disso, somente receberá as horas trabalhadas.

O documento que firma o acordo entre as partes, trabalhador e empresa contratante, evidencia a não responsabilização deste último em ressarcimentos e ônus decorrentes da atividade prestada. Não há descrição exata do tempo de vigência deste contrato, bem como, em caso de rescisão, não existem prejuízos para parte contratante.

Acrescente-se, nesse processo de flexibilização extrema, outro elemento importante: a unidade pública de saúde. O setor público possui lógica divergente ao da empresa privada, esta última visa o lucro, assim, há híbrido de ideais.

Outrossim, inevitavelmente, ocorrem conflitos, citando-se, por exemplo, a supervisão e hierarquia que enfermeiros precarizados devem atender. Coexistem duas lideranças, a saber: da unidade hospitalar e da empresa prestadora de serviço. Por vezes, há divergências de orientações entre elas, no que tange ao atendimento da demanda de trabalho e às rotinas hospitalares, causando dúvida e incerteza no profissional que está na linha de frente, o qual recebe ordens de origens distintas e contraditórias.

Outro aspecto vivenciado nesse contexto foi em relação ao fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI) e dos uniformes aos profissionais. A empresa contratante se eximiu dessa responsabilidade, e a unidade de saúde se negou a fornecê-los, com o argumento de escassez de recursos financeiros. Logo, os profissionais arcaram com os custos desses insumos. Salienta-se que, a partir da ocorrência da pandemia por Covid-19, EPI,

como máscaras N95 ou com filtro PFF2, encontram-se escassos no mercado, com valores elevados e de difícil aquisição.

Dessa forma, nos meses iniciais da pandemia, os profissionais contratados da unidade de saúde na qual a autora se inseriu, ficaram sem os insumos necessários para proteção contra os riscos ocupacionais inerentes ao atendimento em saúde. Tal situação se modificou, apenas, após publicação da nota técnica pela Secretaria de Saúde, obrigando a utilização de EPI adequado para realização de procedimentos assistenciais específicos. Sobretudo, tal fornecimento também aconteceu por conta das denúncias efetuadas pelos profissionais nas entidades de classe que, por sua vez, acionaram dispositivos legais para transformação desse quadro.

Por vezes, no mesmo ambiente de trabalho, têm-se funcionários contratados e concursados. Essa mescla de profissionais com vínculos laborais distintos causa tensões e competição, pois há diferenças nas escalas de serviço, salários e direitos, em que o trabalhador contratado é sempre o prejudicado. Neste sentido, a organização do trabalho preserva o enfermeiro concursado, pois a ausência ou readaptação deste impactará, por longo período, no escopo de recursos humanos da unidade de saúde. Em contrapartida, o enfermeiro contratado permanecerá por curto prazo naquele ambiente e poderá ser substituído rapidamente, se necessário, logo, este é direcionado para atividades que apresentam maiores riscos e que são mais estressantes.

A escala de trabalho do profissional contratado frequentemente não é fixa. Assim, o trabalhador deve permanecer à disposição da empresa contratante para realizar coberturas nos dias, turnos e setores que estão com déficit de pessoal, denominando-o de “coringa” ou “RPA – recibo de pagamento autônomo”. Fazendo alusão ao significado literal deste termo, entende-se que são pessoas que assumem posições e valores de outrem, podendo ser compreendido como pejorativo, se analisado em profundidade, impactando na dignidade humana, na qualidade de vida e na autopercepção do profissional (Teixeira, Silveira, Mininel, Moraes, & Ribeiro, 2019).

Os fatos supracitados influenciam negativamente na subjetividade do profissional, causando sofrimento psíquico, decorrente do descaso com que é tratado, derivado também da negligência que se processa com a saúde e o pouco ou nenhum reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

Há sensação de que o profissional contratado é apenas um número na escala de serviços, absolutamente substituível. A cada conflito e entrave vivenciado, emergem

sentimentos de medo pela perda do vínculo, tristeza e indignação, pelo tratamento diferenciado entre profissionais da mesma classe.

Observa-se, também, que esses trabalhadores, por vezes, não se motivam a contribuir com o aperfeiçoamento da organização do trabalho. De igual modo, não se sentem seguros para realizar críticas e melhorias no processo de trabalho, pois existem a questão da temporalidade do vínculo e o sentimento de não pertencimento ao contexto de trabalho e ao grupo laboral.

Nessa perspectiva, inferem-se prejuízos para qualidade da assistência, pois o trabalhador não se sente estimulado e valorizado, não possui condições de trabalho, vivencia incertezas em relação ao futuro, portanto, o contexto é desfavorável à execução eficaz das atividades laborais.

#### **4. Discussão**

##### **4.1 Trabalho de enfermagem no contexto da pandemia: risco de uberização laboral**

O trabalho representa, para o ser humano, atividade essencial, dotada de diversos significados sociais, físicos e psíquicos, constituindo-se, assim, maneira de afirmação do indivíduo na sociedade. Por meio do trabalho, o indivíduo pode ser produtivo, ativo e participativo, na construção da história, conforme o contexto social. Há de se considerar, também, o valor particular do trabalho para o ser humano, na medida em que ele pode garantir a subsistência, despertar potencialidades, favorecer a satisfação das necessidades e proporcionar prazer (Pereira & Tolfo, 2017).

Então, “trabalho” deve ser compreendido como categoria que promove muito mais do que bens e serviços, acumulação de capital e mais-valia. Produz, ainda, uma rede de relações que interatuam, trazendo mudanças coletivas nas esferas política, cultural, social, religiosa e jurídica da sociedade. E, no nível individual, a atividade laboral resulta em transformações psíquicas e fisiológicas para o trabalhador, as quais podem ser positivas ou negativas para saúde (Pereira & Tolfo, 2017).

Assim, o trabalho, enquanto atividade essencialmente humana, proporciona via de mão dupla: pode ser um determinante para resgatar e/ou assegurar a saúde, ou, por outro lado, pode se caracterizar como fator de deterioração da saúde dos trabalhadores.

Nessa lógica, a partir do relato de experiência descrito, observa-se contexto laboral com elevado potencial para o sofrimento psicofísico e consequente adoecimento do

trabalhador. Essa insólita situação se relaciona com o ideário neoliberal implantado nos serviços de saúde.

Entre as repercussões dos preceitos neoliberais, referencia-se a ausência dos concursos públicos, com intuito de diminuir o número de servidores públicos em regime estatutário, gerando, assim, diversas formas de contratação de trabalhadores, além do desemprego estrutural. Surgem, então, as contratações flexíveis do trabalho (cooperativas, terceirizações, vínculos temporários), os múltiplos vínculos empregatícios e as mudanças voltadas para desregulamentação e flexibilização do processo de trabalho, configurando-se a precarização das condições e relações de trabalho (Aboim, Freire Neto, & Matos, 2019).

No entanto, o contexto de precarização parece se aprofundar, evidenciando a perspectiva da uberização do trabalho de enfermagem. Assim, o caso descrito mostra alguns desses sinais, como a disponibilidade diuturna do profissional para o trabalho, ou seja, a qualquer hora e em qualquer lugar, ele pode atuar – é o trabalhador *just-in-time*; a responsabilidade de fornecer e gerir os próprios instrumentos de trabalho; a remuneração por hora trabalhada; a contratação que não passa por competência ou habilidade, mas por disponibilidade pessoal para se inserir em tal contexto (Abílio, 2019).

Infere-se que a uberização é uma nova forma de gestão, organização e controle do trabalhador, propiciada pelo Estado mínimo, pela eliminação de direitos trabalhistas, pelo desenvolvimento tecnológico, além do engendramento de mecanismos subjetivos que incentiva e enaltece o trabalhador empreendedor, que, na verdade, é abandonado à própria sorte. Essa nova forma que se afigura no mundo do trabalho tem como única perspectiva a eliminação de gastos com o trabalhador e o aumento da lucratividade (Abílio, 2019).

Por essa perspectiva, são evidentes os sinais da uberização no trabalho de enfermagem, e esta situação é preocupante para a saúde do trabalhador, sobretudo, em tempos de pandemia. Afinal, além dos aspectos que regulam a inserção no mercado de trabalho e as formas de contratação, as condições de trabalho nos serviços de saúde expõem esses trabalhadores a inúmeros riscos ocupacionais (Miranda, Santana, Pizzolato, & Saquis, 2020).

Esses trabalhadores atuam em locais considerados de alta exposição ao SARS-CoV-2 (Occupational Safety and Health Administration [OSHA], (2020) e com a necessidade de autoprotetores os EPI, mesmo que temporariamente, tornam-se alvos fáceis de contaminação e adoecimento. Ademais, apesar de respaldados pela legislação, como a Norma Regulamentadora 6, que resguarda o direito dos trabalhadores de receber tais insumos sem custos, na prática, observa-se que tal direito não é assegurado. Essa situação pode inclusive

explicar o crescente número de trabalhadores da enfermagem contaminados pelo novo coronavírus (Conselho Federal de Enfermagem [Cofen], 2020).

Outra preocupação genuína, em meio à pandemia, é em relação à saúde mental dos trabalhadores de enfermagem. Verifica-se o sofrimento psíquico de profissionais, decorrente do medo da contaminação e de infectarem familiares; de seguirem protocolos que muda constantemente; de utilizarem tecnologias densas que, muitas vezes, o trabalhador não está capacitado (Humerez, Ohl, & Silva, 2020). Enfim, configura-se contexto potencial para o elevado sofrimento do trabalhador, no entanto, cabe asseverar que em cenários em que a precarização/uberização se faz marcante, tal qual o descrito anteriormente, evidencia-se um potencial ainda mais alto para o adoecimento psíquico do trabalhador em tempos de pandemia.

Nesse âmbito, o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) disponibilizou serviço de atendimento, via chat *on-line*, aos profissionais de enfermagem, atuantes na linha de frente da pandemia. Esse serviço, no primeiro mês de implementação, identificou como sentimentos mais declarados: ansiedade, estresse, medo, ambivalência, depressão e exaustão (Humerez et al., 2020).

Desse modo, a ansiedade está relacionada à falta de EPI, pressão por parte da chefia imediata para dar conta da alta demanda de trabalho e às notícias disponibilizadas pela mídia. O estresse resulta do volume crescente de pacientes buscando os serviços e do elevado número de mortes. Em relação ao medo, há duas razões que fazem emergir tal sensação: temor de se infectar ou infectar familiares (Humerez et al., 2020).

O sentimento de ambivalência ocorre, por um lado, pelos aplausos e pelo reconhecimento simbólico da população em geral; e por outro, decorre da discriminação que sofrem de vizinhos e amigos, evitando o contato. A depressão resulta da solidão, necessidade de afastar-se da família e pela morte de colegas de trabalho. A exaustão se relaciona com o elevado volume de horas de trabalho e a intensificação do ritmo laboral (Humerez et al., 2020).

Cabe refletir que esses sentimentos se intensificam e se avolumam a partir do caso descrito, em que os trabalhadores precarizados/uberizados são colocados nas tarefas mais arriscadas e tensas, por dias consecutivos e muitas horas. No entanto, infere que uma das estratégias para mitigar o sofrimento decorrente da pandemia é fazer pausas no trabalho e alternar o trabalhador entre atividades de alta e baixa tensão (Carvalho et al., 2019).

Assim, não há dúvidas que inseridos em um contexto de precarização/uberização do trabalho, os profissionais de enfermagem não apenas têm elevado potencial de adoecerem

física e psiquicamente, como também são os responsáveis por arcar com custos do adoecimento, já que não têm assegurados os direitos trabalhistas e sociais.

#### **4.2 Estratégias de empoderamento da enfermagem para enfretamento da precarização / uberização do trabalho**

O termo empoderamento é um neologismo da expressão inglesa *empowerment* (Souza et al., 2014). O significado de empoderar no dicionário é conceder ou conseguir poder; obter mais poder; tornar-se ainda mais poderoso; passar a ter domínio sobre a própria vida; dar ou atribuir poder (Dicio, dicionário online de português, 2020).

Entretanto, o educador brasileiro Paulo Freire criou um novo conceito para palavra empoderamento, como algo que ocorre internamente, pela conquista de cada um. Tal educador apresenta a ideia de que o empoderamento seria a libertação do oprimido e de conquista da liberdade daqueles que estão subjugados, de alguma forma (Salci et al., 2013).

Nesse sentido, a ideia de empoderamento envolve atitude social, em que determinados grupos ou pessoas passam a ter a consciência de si, da própria importância e de habilidades, motivando, desta forma, a se posicionarem criticamente e a reivindicarem socialmente os direitos (Barbosa, 2019a).

Assim, o empoderamento não se trata de assumir cargos importantes ou ter poder econômico, nem dar vantagens a alguns. Uma pessoa ou grupo, em processo de empoderamento, percebe que é soberana na própria vida e em decisões particulares, a partir da consciência do seu poder (Costa, 2017).

Em geral, o empoderamento aparece em estratos mais vulneráveis da população, aqueles que sofrem mais preconceitos e não tiveram acesso às oportunidades, como os demais dentro da sociedade. Portanto, o objetivo do empoderamento é promover mudanças sociais em busca da igualdade de direitos (Barbosa, 2019b).

Caracteriza-se em um processo que, ao final, as pessoas, a partir do entendimento da própria realidade, conseguem se autogerir, ser capazes de tomar decisões, agir para melhorar a qualidade de vida, lutar pelos direitos. Logo, pode ser visto como o aumento da consciência crítica, permitindo o combate à opressão, desigualdade e luta pela liberdade (Costa, 2017; Barbosa, 2019b).

Ao pensar em empoderamento, não há como não recorrer à luta pela mudança na vida das mulheres que, ao longo dos anos, foram tratadas de forma desigual e marginalizadas. Um bom exemplo a ser citado é o Movimento Feminista que ocorreu na década de 1970 e usou o

empoderamento feminino como lema, com intuito de promover a emancipação das mulheres e a igualdade de gênero (Silva, Mourão, Goellner, & Gomes, 2020; Dias et al., 2019).

Ao tratar da luta feminina, também há a correlação com a enfermagem, categoria profissional formada, em maioria, por mulheres. Além disso, é a categoria mais numerosa nos serviços de saúde, encontra-se na linha de frente dos atendimentos em geral, desempenhando papel fundamental em todos os níveis de complexidade da atenção à saúde (Dias et al., 2019).

Apesar da relevância, a enfermagem é afetada por situações que a tornam vulnerável e, muitas vezes, marginalizadas pela sociedade. Assim, citam-se a opressão relacionada ao gênero, os salários baixos, as péssimas condições de trabalho, a ausência de reconhecimento profissional, as jornadas excessivas de trabalho, em suma, constatam-se a desvalorização e precarização do trabalho da enfermagem. Assim, configura-se em grupo que necessita se empoderar, ou seja, promover mudanças sociais, em busca da igualdade de direitos (Dias et al., 2019; Salvage, 2018).

Nesta lógica, deve-se reforçar, durante o processo de formação, a importância das entidades de classe, como o sindicato, o Conselho Regional de Enfermagem (Coren) e a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), além do entendimento sobre o que compete a cada uma dessas entidades. Nessa acepção, haverá o estabelecimento de força de trabalho crítica, política e esclarecida quanto aos direitos e deveres (Dias et al., 2019).

Indubitavelmente, o fortalecimento e empoderamento do grupo de trabalhadores inseridos no relato de experiência adveio da aproximação com as entidades representativas de classe. Estas empenharam-se em dar assistência, consultorias diversas e lutaram em prol de melhorias nas condições laborais para esses trabalhadores.

Outra estratégia desenvolvida para o enfrentamento de tal situação adversa foi a união voluntária dos profissionais precarizados. Foi possível observar movimentos de cooperação entre os profissionais e as categorias com risco de uberização. Aqueles que possuíam maior destreza técnica e conhecimento científico auxiliavam os menos favorecidos de habilidades, assim, o clima organizacional no que tange o relacionamento interpessoal, *in locus*, foi de solidariedade e colaboração. Em contrapartida, o oposto ocorreu quando se uniu profissionais precarizados e concursado, formando um ambiente de competição e atrito, pelas diferenças de contratação e direitos laborais.

Reforça-se que, enfermeiros, a partir de processo de conscientização e criticidade, devem compreender a realidade em que estão inseridos, a fim de transformá-la. Para tanto, o empoderamento deve ser realizado por meio de educação crítica, reflexiva e libertadora, capaz de transformar a realidade (Barbosa, 2019a).

Nessa perspectiva, faz-se mister incrementar a formação de enfermeiros, promovendo discussões de temas como políticas sociais, direitos em geral, sociologia, gênero, preconceito, precarização do trabalho, contratos de trabalho, dentre outros. Tal estratégia possibilita promover a constituição de força de trabalho reflexiva, crítica e com maiores possibilidades de transformar contextos de trabalhos adoeceadores (Barbosa, 2019a). Por meio desta estratégia é possível haver a superação de conflitos individuais, amadurecimento de ideias e a canalização de esforços para lutas gerais e abrangentes. Nessa perspectiva, serão alcançáveis as modificações da realidade idealizadas pelos trabalhadores, no que diz respeito a equidade de direitos, vínculos e condições dignas de trabalho.

Ademais, há de se investir na formação de líderes políticos, técnicos e de pesquisadores em enfermagem. Tal estratégia é inspirada no movimento *Nursing Now*, o qual se caracteriza como um conjunto de ações e recomendações para promover o empoderamento da enfermagem e o devido reconhecimento desta (Salvage, 2018).

Também, é relevante investir na qualificação dos profissionais de enfermagem, tornando-os *experts* indispensáveis nas áreas de atuação. No entanto, salienta-se que tal qualificação deve compreender não somente a área técnica, mas incorporar perspectiva abrangente sobre o contexto macro e microeconômico, bem como político e social.

Desse modo, entende-se que a profissão terá mais fundamentos para se empoderar e enfrentar a precarização e uberização que se apresenta no mundo do trabalho em saúde e de enfermagem.

Infere-se que a limitação deste artigo se situa na descrição da experiência em único cenário, no entanto, sabe-se, empiricamente, que há outros contextos em que ele ocorre. No entanto, tal descrição, minimamente, serve como alerta para o aprofundamento da precarização do trabalho de enfermagem.

Desse modo, entende-se que a contribuição do estudo está na análise das condições e vínculos laborais, em que os trabalhadores de enfermagem vêm se inserindo, sobretudo, na conjuntura da pandemia da Covid-19. Enfatiza-se, também, a relevância em se discutir o processo de uberização que a profissão está vivenciando e as estratégias de enfrentamento para transformação deste ambiente adverso.

## **5. Considerações Finais**

O relato de experiência apresentou a intensa precarização do trabalho de enfermagem em um contexto da pandemia de Covid-19, apontando para a ameaça de uberização desta

atividade laboral. Assim, constataram-se as perdas de direitos trabalhistas e sociais que desamparam o trabalhador em relação às licenças médicas, às férias remuneradas, ao 13º salário.

No entanto, verifica-se que a expropriação do trabalhador vai além. Desse modo, constatou-se a necessidade de o trabalhador estar pronto para o trabalho a qualquer hora e em qualquer lugar (*just-in-time*), remuneração por produtividade, aquisição dos próprios instrumentos de trabalho, os quais deveriam ser fornecidos pela organização laboral, contratação por indicação e não por competência, dispensa sumária do trabalhador, sem aviso prévio. Enfim, configura-se um contexto de extrema precarização do trabalhador que resulta em elevado sofrimento psíquico e potencial para o adoecimento.

Nessa acepção, preocupa, sobretudo, a combinação deste contexto de intensa precarização com o cenário da pandemia que, em situação de proteção do trabalhador, já o adocece e muitos evoluem para óbito. Portanto, em situação como a descrita, a inquietação se avoluma e aflige a categoria.

Desse modo, é necessário e urgente a implementação de medidas para promover o empoderamento da profissão e, assim, transformar esse contexto hostil para o trabalhador, tornando-o salutar. Destarte, faz-se mister incrementar a formação e qualificação dos trabalhadores de enfermagem, incentivar e viabilizar a formação de líderes para oferecer visibilidade à profissão e possibilitar a luta por melhores condições de trabalho.

## Referências

Abílio, L. C. (2019). Uberización: de la iniciativa empresarial a la autogestión subordinada. *Psicoperspectivas*, 18(3). doi: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>

Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, 34(98), 111-126. doi: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>

Aboim, L., Freire Neto, L. M., & Matos, R. T. (2019). From the social state to the (ostensive) resume of the draft neoliberal state in Brazil and its impacts on human and fundamental law at work. *Revista Relações Internacionais do Mundo Atual*, 3(24). doi: <http://dx.doi.org/10.21902/Revrima.v3i27.3922>

Aires, R. O. S. (2020). Hospital de campanha como solução emergencial para o atendimento hospitalar de pacientes infectados pela COVID19. *Revista da FAESF*, 4, 40-42. Recuperado de <http://faesfpi.com.br/revista/index.php/faesf/article/view/114>

Barbosa, M. G. (2019a) Education, justice and empowerment. *Revista Espaço Pedagógico*, 26(3), 657-675. doi: <http://dx.doi.org/10.5335/rep.v26i3.9322>

Barbosa, M. G. (2019b). Empoderamento político dos cidadãos. *Educação em Revista*, 35, e208794. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698208794>

Barbosa, N. B., Lima, H., Trindade, A. M. V., Dias, N. V., Castro, M. V., & Santos, C. K. (2015). As organizações sociais de saúde como forma de gestão público privada em Goiás – o caso Huana. *Revista do Serviço Público Brasília*, 66(1), 121-144. Recuperado de <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/686/616>

Carvalho, D. P., Rocha, L. P., Pinho, E. C., Tomaschewski-Barlem, J. G., Barlem, E. L. D., & Goulart, L. S. (2019). Workloads and burnout of nursing workers. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72(6), 1435-1441. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0659>

Chaves, U. S. B., Martins, A. S., Costa, C. C. P., Bisagni, C., Vieira, M. L. C., & Jesus, P. B. R. (2020). Relato de experiência da utilização de metodologias ativas na prática da monitoria de um curso de Enfermagem. *Research, Society and Development*, 9(9), e316997303. doi: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7303>

Conselho Federal de Enfermagem. (2020). *Enfermagem realiza ato histórico em homenagem aos mortos pela COVID-19*. Brasília: Cofen. Recuperado de [http://www.cofen.gov.br/enfermagem-realiza-ato-historico-em-homenagem-aos-mortos-pela-covid-19\\_79806.html](http://www.cofen.gov.br/enfermagem-realiza-ato-historico-em-homenagem-aos-mortos-pela-covid-19_79806.html)

Costa, I. E. (2017). A contribuição do pensamento freiriano no processo de empoderamento da juventude quilombola de Paratibe, João Pessoa – PB: uma análise da experiência do projeto social paratibe em ação. *Revista Inter Ação*, 42(2), 500-518. doi: <https://doi.org/10.5216/ia.v42i2.44016>

Dias, M. O., Souza, N. V. D. O., Penna, L. H.G., & Gallasch, C. H. (2019). Perception of nursing leadership on the fight against the precariousness of working conditions. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 53, e03492. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2018025503492>

Dicio, dicionário online de português. (2020). Empoderar. In *Dicio, dicionário online de português*. Porto: 7Graus. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/empoderar>

D'Oliveira, C. A. F. B., Souza, N. V. D. O., Varella, T. C. M. M. L., & Almeida, P. F. (2020). Working world's configurations and the health-disease process of nursing teachers. 2020;1-6. *Revista Enfermagem UERJ*, 28, e33123. doi: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2020.33123>

Faza Franco, M., & Farah, B. (2019). The perception of the meaning of the work for nurse in the hospital scope. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, 90(28). doi: <https://doi.org/10.31011/reaid-2019-v.90-n.28-art.502>

Galvão, A., Castro, B., Krein, J. D., & Teixeira, M. O. (2019). Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, 32(86), 253-269. doi: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30691>

Humerez, D. C., Ohl, R. I. B., & Silva, M. C. N. (2020). Mental health of Brazilian nursing professionals in the context of the Covid-19 pandemic: action of the Nursing Federal Council. *Cogitare Enfermagem*, 25. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.74115>

Miranda, F. M. A., Santana, L. L., Pizzolato, A. C., & Saquis, L. M. M. (2020). Working conditions and the impact on the health of the nursing professionals in the context of covid-19. *Cogitare Enfermagem*, 25, e72702. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.72702>

Nascimento, G. M., & Ferreira, M. R. (2018). Uma resenha crítica acerca do livro desertificação neoliberal no Brasil, de Ricardo Antunes. *Revista Culturas Jurídicas*, 5(12), 385-398. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45196/25962>

Occupational Safety and Health Administration. (2020). *Guidance on preparing workplaces for COVID-19*. Washington, DC: OSHA. Recuperado de <https://www.osha.gov/Publications/OSHA3990.pdf>

Organização Pan-Americana de Saúde. (2020). *Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil*. Brasília: OPAS/OMS. Recuperado de [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875)

Pereira, E. F., & Tolfo, S. T. R. (2017). Estudos sobre sentidos e significados do trabalho na psicologia: uma revisão das suas bases teóricoepistemológicas. *Psicologia Argumento*, 34(87), 302-317. doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.34.087.AO02>

Pérez Júnior, E. F., & David, H. M. S. L. (2018). Trabalho de enfermagem e precarização: Uma revisão integrativa. *Enfermagem em Foco*, 9(4), 71-76. doi: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2018.v9.n4.1325>

Pimenta, G. F., Pérez Júnior, E. F., Pires, A. S., Gomes, H. F., Thiengo, P. C. S., & Paula, V. G. (2018). Influência da precarização no processo de trabalho e na saúde do trabalhador de enfermagem. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 8(4), 758-768. doi: <https://doi.org/10.5902/2179769230180>

Rocha, A. L. (2019). Análise discursiva dos silenciamentos nas propostas do governo Bolsonaro em relação aos direitos trabalhistas. *Interfaces*, 10(3). doi: <https://dx.doi.org/10.5935/2179-0027.20190045>

Salci, M. A., Maceno, P., Rozza, S. G., Silva, D. M. G.V., Boeh, A. E., & Heidemann, I. T. S. B. (2013). Health education and its theoretical perspectives: a few reflections. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 22(1), 224-230. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072013000100027>

Salvage, J. (2018). Editorial. *Revista de Enfermagem Referência*, IV(17), 3-12. Recuperado de [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-02832018000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832018000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

Santos, T.A., Santos, H. S., Sampaio, E. S., Melo, C. M.M., Souza, E. A., & Pires, C. G. S. (2020). Intensity of nursing work in public hospitals. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 28, e3267. doi: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3221.3267>

Silva, P., Mourão, L., Goellner, S. V., & Gomes, P. B. (2020). Strategies of resistance and empowerment of Portuguese women coaches in sports. *Journal of Physical Education*, 31, e3109. doi: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v31i1.3109>

Souza, J. M., Tholl, A. D., Córdova, F. P., Heidemann, I. T. S. B., Boehs, A. E., & Nitschke, R. G. (2014). The practical applicability of empowerment in health promotion strategies. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(7), 2265-2276. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014197.10272013>

Teixeira, G. S., Silveira, R. C. P., Mininel, V. A., Moraes, J. T., & Ribeiro, I. K.S. (2019). Quality of life at work and occupational stress of nursing in an emergency care unit. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 28, e20180298. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0298>

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Norma Valéria Dantas de Oliveira Souza – 20%

Midian Oliveira Dias – 20%

Eloá Carneiro Carvalho – 15%

Thereza Christina Mó y Mó Loureiro Varella – 15%

Luana dos Santos Cunha de Lima – 15%

Samira Silva Santos Soares – 15%